



## E A HISTÓRIA DEU SAMBA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.4063

Fernando Lutielli Aguiar, UEM  
Josiane Maria Luizano Biassi, SEED-PR  
Gleisson Ramiro Cabral, UEM  
Hudson Alves Camargo, UEM  
Bianca Maria da Costa Martinelli, UEM  
Sirlei Maria Siofre. SEED-PR

### Resumo

Em consonância com a Lei nº11.645, de 10 março de 2008, que reza a obrigatoriedade do ensino de história da cultura afro-brasileira e indígena nas escolas, o presente artigo apresenta um relato de experiência e reflexão sobre a preparação, execução e avaliação sobre trabalho realizado como atividade do projeto PIBID, no Colégio Estadual Alfredo Moises Maluf, Maringá – PR, com alunos do 2º-ano (E.M). O referido artigo tem por temática a cultura e a relação do povo indígena com as terras por eles habitadas na região do parque nacional do Xingu, partindo da análise do samba enredo “Xingu, o clamor que vem da floresta”, utilizado pela escola de samba Imperatriz Leopoldinense, no carnaval do Rio de Janeiro, em 2017. A vigente pesquisa visa, uma análise da relação entre o agronegócio brasileiro e os povos indígenas, levando em consideração a distribuição dos povos indígenas no território nacional, bem como as políticas públicas adotadas para a proteção da cultura e conservação de áreas indígenas demarcadas por força de lei. A finalização das atividades ocorreu através do intercâmbio com várias disciplinas e resultou na realização de uma apresentação de dança para a comunidade escolar, a partir da adaptação da coreografia utilizada pela comissão de frente da escola de samba no carnaval de 2017. A pesquisa e discussão se fazem necessária, para que os alunos possam adquirir a devida consciência da necessidade da conciliação de fatores econômicos a identidades nacionais como os indígenas.

### Palavras Chave:

Indígena; terras;  
agronegócio; PIBID.

## Introdução

O artigo descreve uma experiência em sala de aula com o apoio do PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência), programa financiado pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) nas disciplinas de História e Português do Colégio Alfredo Moises Maluf, Ensino Fundamental e Médio. O colégio está localizado distante do centro da cidade de Maringá – PR, no raio de 7 quilômetros, atendendo cerca de 1.500 alunos de mais de 12 bairros, situado no conjunto Herman Moraes de Barros, com 18 salas de aulas, funcionando nos três períodos.

A determinação da Lei 10.639/2003 que obriga o ensino de História da África e cultura afro-brasileira, e a Lei 11.645/2008 que contempla a História Indígena no âmbito educacional, foi um avanço para a sociedade brasileira. Ambas as leis foram aprovadas através de muita luta e reivindicações, mas ainda temos uma longa jornada para a implementação delas. Tais determinações surgem para que haja o reconhecimento da cultura africana e indígena no meio escolar e suas contribuições na história deste país, como percebe Collingwood ao dizer que “O valor da História está então em ensinar-nos o que o homem tem feito e, deste modo, o que o homem é” (Collingwood, 1981, p. 17).

A aplicação dessa lei faz com que haja o comprometimento dos docentes em todas as disciplinas, não só em História. A história indígena deve estar presente nas propostas pedagógicas a fim de contemplar e viabilizar estratégias de ensino para o aprendizado. Além contribuir na formação da sociedade brasileira para que esta entenda a importância dos povos indígenas na área social, econômica, política e cultural da história do Brasil, também serve como instrumento de reconhecimento étnico-cultural dos descendentes indígenas que

fazem parte da população brasileira.

A falta de conhecimento em relação à cultura indígena leva muitas vezes a repetição e preservação de piadas racistas, reproduzidas pela sociedade desde o século XVI, juntamente com visões estereotipadas e preconceituosas em nosso cotidiano, principalmente no ambiente escolar:

A sala de aula não é apenas o espaço onde se transmite informações, mas o espaço onde se estabelece uma relação em que interlocutores constroem significações e sentidos (SCHMIDT, 2005, p. 31).

Outras vezes, por obrigações da lei, trabalhamos a cultura sem aprofundamento, usando o pouco conhecimento que os livros didáticos nos proporcionam e até repassando nossos próprios preconceitos. Esta ignorância no estudo das relações sociais por parte do docente, abre caminho para a descontextualização dos fatos históricos e o reforço da ideia de uma história eurocêntrica, reconhecendo a Europa como o "berço das civilizações". Por conta disto, torna-se necessário o enfoque na história indígena, abordando aspectos do passado e do presente, como no caso dos índios, a forma com que chegaram até aqui, suas lutas e movimentos de resistência, os conhecimentos adquiridos nos seus locais de origem, suas habilidades, a beleza de cada etnia, riqueza e diversidade de sua cultura que, muitas vezes, foram enterradas e proibidas no Brasil.

Cabe aos docentes encontrar um modo de redesenhar as aulas para encaixar os conteúdos exigidos, buscando enfatizar de forma crítica a realidade desses povos. Isso faz com que o aluno tenha maior entendimento, clareza e compreensão sobre questões pertinentes que não estão contidas nos livros didáticos, deixando de trabalhar apenas a cultura indígena e seu cotidiano na perspectiva branca.

Embora as raízes étnicas do

Brasil sejam em larga escala provenientes dos povos indígenas, há um desconhecimento em relação a essas etnias, não só nas salas de aulas, mas em nosso cotidiano de forma geral. O pouquíssimo que se conhece é através da televisão ou dos livros didáticos, que, sujeitas à influência midiática, podem transmitir uma visão estereotipada da história, como se índios pudessem ser representados somente por seres exóticos.

Trabalhar esses conteúdos não é tarefa das mais fáceis. Ao tratar das temáticas, encontramos resistência por parte dos alunos, principalmente os de ensino fundamental. As questões mais frequentes são: Por que devo estudar o que já passou? Para que guardar todas estas datas? Para que serve isto? No que vou usar isto? O que estes fatos têm a ver com minha vida? Tudo isto acaba desmotivando o trabalho do docente e tornando o conteúdo cansativo e maçante tanto para estes, como para os alunos.

A perspectiva utilizada neste trabalho é a de Collingwood, que define a história como uma ciência que descobre as coisas, cujo objeto são as ações humanas praticadas no passado, utilizando interpretações de documentos – chamada por ele de “expressões coletivas” - com o objetivo de “conhecer-se a si mesmo” para saber o que se pode fazer (Collingwood, 1981, p. 15-17).

O que iremos mostrar é que através de aulas dinâmicas e lúdicas, o aluno que geralmente sente grande dificuldade em entender História, é capaz de vivenciá-la e de se sentir parte dela, sem precisarmos trabalhar somente com aulas expositivas e imagens dos livros didáticos.

O projeto visou ir além dos currículos escolares e procurou colocar em prática aquilo que se estudou na teoria, deixando de lado os conteúdos esquematizados do livro didático e buscando outras histórias, mais próximas da realidade vivenciada pelos alunos sobre diferentes experiências da vida, o que lhes possibilitou fazer uma análise

comparativa:

[...] conheçam e debatam as contradições, os conflitos, as mudanças, as permanências, as diferenças e as semelhanças existentes no interior das coletividades e entre elas, considerando que estão organizadas a partir de uma multiplicidade de sujeitos, grupos e classes com alguns interesses comuns e outros diferentes, de uma multiplicidade de acontecimentos econômicos, sociais, políticos, culturais, científicos, filosóficos (PCNs, 1999, p.53).

Considerando que a escola é um lugar onde o indivíduo se apropria de conhecimentos sistematizados e construídos, e um espaço de produção e interação de saberes, é preciso que o ensino de História se volte para as questões relacionadas ao cotidiano escolar, na perspectiva de embasar a relação entre o aprendido e o vivido, além do passado e do presente. Assim, também se faz necessário que o professor inove nas suas abordagens. A partir do uso de diferentes metodologias e fontes, o aprendizado em História pode vir a ser algo muito mais instigante e motivador aos discentes. Desta forma, de acordo com Schimidt, “o educador pode configurar, a partir de métodos definidos, um ambiente onde se transmite informações, mas em que se estabelece uma relação de interlocução” (Schimidt, 2005, p.51).

### **Breve panorama dos povos indígenas no Brasil**

Quando em 1500, a esquadra portuguesa liderada por Pedro Álvares Cabral vislumbrou no horizonte as terras do novo mundo, e que hoje chamamos de Brasil, pouco se podia imaginar sobre a numerosa população existente naquelas terras. O desejo de manter a dianteira das grandes potências marítimas, fez com que Portugal se autoproclamasse o senhor daquele novo território.

Com uma população indígena estimada em 3 milhões <sup>1</sup>, o Brasil do século XVI era bem mais do que uma grande extensão de terras, possuía um emaranhado de etnias indígenas que a milhares de anos já habitavam a região, além de uma riquíssima fauna e flora e grandes quantidades de metais preciosos, que despertou a cobiça de várias nações para além do Atlântico e o infortúnio das nações indígenas que aqui viviam. Ao longo dos séculos as populações indígenas brasileiras sentiram na pele os flagelos dos extermínios, da escravidão e da exploração de suas terras, das quais eram, e são os verdadeiros senhores.

No Brasil, a falta de conhecimento com relação aos povos indígenas nos leva a crer que estão fadados ao desaparecimento:

A Maioria da população brasileira desconhece as condições de existência desses índios, os problemas com que se defrontam ou o porquê de insistirem em continuar existindo como etnia. Somos levados a acreditar que os índios e suas culturas, como “coisas do passado”, fatalmente desaparecerão, incapazes de resistirem ao avanço irreversível do processo civilizatório” (Azanha e Valadão, 1991, p.3)

Atualmente, um dos maiores empecilhos para preservação da cultura indígena no Brasil é a expansão cada vez mais latente do agronegócio. Sendo a agropecuária e agricultura a menina dos olhos da economia de exportação brasileira, alcançando uma participação de 23% no total do PIB brasileiro<sup>2</sup> e correspondendo a 48% das exportações totais do país<sup>3</sup>, torna-se notável que os interesses voltados os ganhos nesse setor, por muitas vezes, transcendem a necessidade e o clamor pela preservação

de terras indígenas, como é mostrado nas manchetes a baixo:

Figura 1 Manchete 1.



FONTE:(<http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2017/05/fazendeiros-e-indios-se-enfrentam-em-area-indigena-no-interior-do-maranhao.html>) acesso em: 30/09/17 às 09h37min

Figura 2 Manchete 2.



FONTE:(<https://g1.globo.com/natureza/noticia/a-maquina-que-move-o-desmatamento-da-amazonia.ghtml>) acesso em: 30/09/2017 às 9h45min

Para que se possa de maneira efetiva combater o desmatamento, exploração ilegal de terras demarcadas e a extinção dos povos indígenas no Brasil, é necessário que haja uma postura firme e eficaz do Estado. No Brasil, a criação de parques nacionais e a demarcação de terras indígenas está presente como uma ferramenta de suma importância para a preservação e garantia do direito do índio a terra. Nas tabelas abaixo é possível se verificar a situação das terras indígenas brasileiras com relação a políticas públicas de conservação:

<sup>1</sup> Fonte: Azevedo, Marta Maria. 2013

<sup>2</sup> Fonte: IBGE e Cepea/USP; 2016 projeção Núcleo Econômico/CNA.

<sup>3</sup> Fonte: Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), valor referente ao ano 2016.

Tabela 1: Fases processo administrativo

FASE DO PROCESSO	QTDE	SUPERFÍCIE(ha)
DELIMITADA	36	4.177.382,9358
DECLARADA	73	3.415.646,6662
HOMOLOGADA	17	1.586.696,8980
REGULARIZADA	435	105.648.344,8943
<b>TOTAL</b>	<b>561</b>	<b>116.850.683,5021</b>
EM ESTUDO	114	5.769,0000
PORTARIA DE INTERDIÇÃO	6	1.084.049,0000

(<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>). Acesso em 30/09/17

**Em estudo:** Realização dos estudos antropológicos, históricos, fundiários, cartográficos e ambientais, que fundamentam a identificação e a delimitação da terra indígena (FUNAI, s.d).

**Delimitadas:** Terras que tiveram os estudos aprovados pela Presidência da Funai, com a sua conclusão publicada no Diário Oficial da União e do Estado, e que se encontram na fase do contraditório administrativo ou em análise pelo Ministério da Justiça, para decisão acerca da expedição de Portaria Declaratória da posse tradicional indígena (FUNAI, s.d).

**Declaradas:** Terras que obtiveram a expedição da Portaria Declaratória pelo Ministro da Justiça e estão autorizadas para serem demarcadas fisicamente, com a materialização dos marcos e georreferenciamento (FUNAI, s.d).

**Homologadas:** Terras que possuem os seus limites materializados e georreferenciados, cuja demarcação administrativa foi homologada por decreto Presidencial (FUNAI, s.d).

**Regularizadas:** Terras que, após o decreto de homologação, foram registradas em Cartório em nome da União e na Secretaria do Patrimônio da União (FUNAI, s.d).

**Interditadas:** Áreas Interditadas, com restrições de uso e ingresso de terceiros, para a proteção de

povos indígenas isolados (FUNAI, s.d).

Tabela 2: das reservas indígenas

RESERVA INDIGENA	QTDE	SUPERFÍCIE(ha)
REGULARIZADA	31	42.621,1321
ENCAMINHADA RI	15	3.867,7493
<b>TOTAL</b>	<b>46</b>	<b>46.488,8814</b>

(<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>). Acesso em: 30/09/17

**Encaminhadas com Reserva Indígena (RI):** Áreas que se encontram em procedimento administrativo visando sua aquisição (compra direta, desapropriação ou doação) (FUNAI, s.d).

**Regularizadas:** Áreas adquiridas que possuem registro em Cartório em nome da União e que se destinam a posse e usufruto exclusivos dos povos indígenas (FUNAI, s.d).

Mesmo com a presença do Estado e da aplicação de políticas públicas, a conservação de terras indígenas no território brasileiro vem se mostrando uma empreitada das mais difíceis. Por possuir uma grande área de matas com presença de povos indígenas, e uma estrutura de fiscalização precária, é recorrente a ação de grileiros, posseiros e grandes latifundiários que incansavelmente tentam burlar os recursos de conservação, afim de praticarem a exploração ilegal de áreas demarcadas para usufruto indígena.

É inegável a importância do agronegócio brasileiro para a economia nacional. Bilhões de reais são movimentados anualmente, proporcionando a criação de vagas de emprego direta e indiretamente, e a demanda cada vez mais alta de produção de alimentos, exige que a agricultura e pecuária aumentem sua produção. Porém, é preciso que se estabeleça um equilíbrio entre demandas econômicas, bem-estar ambiental e indígena, sendo de extrema necessidade a conservação das áreas de mata que são necessárias para a preservação da cultura indígena e dos próprios índios.

## **O Trabalho no Colégio Estadual Alfredo Moises Maluf**

A implementação do projeto contou com a supervisora do PIBID Sirlei Maria Siofre, com os pibidianos Hudson Camargo, Fernando Lutielli, Gleisson Ramiro, Bianca Martinelli e a equipe pedagógica responsável pelas turmas. Iniciamos o projeto com uma reflexão sobre a marcha histórica dos povos indígenas no Brasil, elencando discussões sobre as terras brasileiras antes da chegada dos portugueses, as consequências legadas aos indígenas devido a colonização portuguesa, a importância dos povos indígenas brasileiros como patrimônio cultural do Brasil e agente de identidade nacional, a importância do agronegócio para a economia brasileira, a relação dos povos indígenas atuais com as demandas agrárias econômicas, apresentando as leis que obrigam o ensino de cultura indígena em sala e o porquê da lei. Os trabalhos, por sua vez, deveriam acontecer durante o ano letivo em todas as disciplinas e, ao final, apresentaríamos para o colégio e a comunidade no dia 11 de outubro.

Em uma segunda etapa, foi apresentado aos alunos o samba enredo da escola de samba Imperatriz Leopoldinense, utilizado na festa do carnaval carioca de 2017, que acabou causando polêmica devido a crítica contida na letra do samba, com relação histórica entre o agronegócio brasileiro e os povos indígenas da região do Parque Nacional do Xingu, em Mato Grosso. Após a análise e discussão da letra do samba, foi solicitado aos alunos que produzissem uma breve pesquisa sobre as características do Parque Nacional do Xingu, quais povos indígenas habitam a região e a principais características desses povos.

Após as discussões sobre a temática abordada no samba “Xingu, o Clamor que vem da floresta”, e das pesquisas realizadas pelos alunos, foi solicitado a elaboração de um trabalho

prático. Foi proposto aos alunos que realizassem uma apresentação de dança que seria apresentada para a comunidade escolar.

Para a realização da atividade os alunos foram divididos em quatro grupos, sendo o grupo um responsável pela elaboração e apresentação da dança a comunidade escolar, o grupo dois ficou responsável pela confecção da vestimenta indígena que foi utilizada no dia da apresentação, o grupo três se encarregou de produzir instrumentos musicais indígenas, também para a apresentação de dança e por fim, o último grupo ficou com a tarefa de produzirem uma oca para compor o cenário da apresentação.

Os Materiais utilizado pelos alunos para a confecção dos figurinos, instrumentos musicais e a oca indígena, foram matérias como bambu, palha, barbante, penas sintéticas tingidas com corante para substituir as penas de animais utilizadas pelos indígenas.

O Contato dos alunos com o modo de produção indígena de seus instrumentos, moradias e vestimentas foi, sem dúvida alguma, uma ação extremamente positiva. Mais do que um novo aprendizado, o contato com o modo produção de utensílios, roupas, e instrumentos musicais indígenas é uma transferência cultural, uma forma de manter viva técnicas e modo de vida que a milhares de anos é empregada no cotidiano das etnias indígenas, mas que a cada ano que se passa, devido ao descaso das autoridades competentes e a indiferença da maioria das pessoas, esta fada a cair no esquecimento.

Este artigo, portanto, buscou proporcionar uma reflexão acerca da história do Indígena brasileiro, no tocante a sua relação com agentes econômicos do agronegócio, com uma nova metodologia de trabalho para o ensino de história, conferindo visibilidade para suas possibilidades e incentivando novas práticas pedagógicas que priorizem a participação dos alunos como agentes na

construção de conhecimentos, saberes e pesquisas históricas comprometidas com as suas realidades, mediante novas dinâmicas e metodologias de trabalho para o professor.

Por meio deste trabalho, os alunos participantes e os que tiveram contato com ele puderam enxergar e conhecer a e a beleza da cultura indígena até então desconhecidos para eles, adquirindo, portanto, uma nova visão sobre o índio brasileiro, o qual é, por diversas vezes negligenciado.

Há momentos em que é preciso rever as atitudes empreendidas em sala de aula, tendo em vista trilhar novos caminhos pedagógicos capazes de reequacionar a dinâmica do ensino, uma vez que a preocupação crescente tem sido levar os alunos a desenvolver maior interesse pelo que se empreende nas aulas, mostrando um novo povo (o índio) com sua diversidade sociocultural, promovendo o respeito que ele merece e proporcionando ao educando a construção de uma narrativa crítica, para que se percebam como sujeitos ativos na construção do conhecimento, além de terem respeito pelo diferente e a continuarem a discussão sobre o racismo que, infelizmente, é “camuflado” na sociedade, o qual cabe a nós combatê-lo.

## Referências

- BITTENCOURT, Circe (org.). **O saber histórico na sala de aula**. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 1998
- PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação Básica do Estado do Paraná – História**. SEDD, Curitiba. 2008.
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora. **A formação da consciência histórica de alunos e professores e o cotidiano em aulas de história**. Unicamp, 2005.
- BRASIL. Lei 10.639/2003. Brasília: Ministério da Educação, 2003.
- BRASIL. Lei 11.645/2008. Brasília: Ministério da Educação, 2008.
- Ministério da Educação/ Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e ações para a Educação das Relações Étnica- Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da História para a Educação Básica**. Curitiba: SEED, 2008. História. In:
- ZUIN, Aparecida Luzia Alzira; MIGUEL, Vinicius Valentin Raduan. **A Amazônia e os povos indígenas: conflitos socioambientais e culturais**. Curitiba: Appris, 2017.
- AZANHA, Gilberto; VALADÃO, Virginia Marcos. **Senhores destas terras - Os povos indígenas no Brasil: da colônia aos nossos dias**. São Paulo, 1991.
- FAUSTO, Carlos. **Os índios antes do Brasil**. Jorge Zahar Editor, 2005.
- MELATTI, Julio Cezar. **Índio do Brasil**. Hucitec, 1983.
- FUNAI. **Entenda o processo de demarcação**. Disponível em: <<http://formatacaoabnt.blogspot.com.br/2011/10/referencias.html>> Acesso em:30/09/17
- FUNAI. **Fases do processo administrativo**. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>> Acesso em: 30/09/17
- FUNAI. Reservas indígenas. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>> Acesso em: 30/09/17.